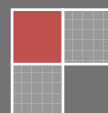


2004

Aborto não pode ser crime

Jornal "ParticipAcção", 2004.



ABORTO NÃO PODE SER CRIME

(publicado no jornal *Participação*, dos sindicalistas do Bloco de Esquerda)

Em 1998, os portugueses e as portuguesas votaram num referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG). Os homens e mulheres de esquerda ficaram, compreensivelmente, traumatizados com esse acontecimento: não só a afluência às urnas foi pouca, como ganhou o “Não” à despenalização.

Não tendo sido vinculativos, os resultados daquela consulta acabaram por ser interpretados pelas instituições políticas portuguesas como válidos. De um só golpe, ficou ferido o instituto do referendo e a possibilidade de mudar uma das mais graves injustiças na sociedade portuguesa. São pelos menos três as consequências de 1998: em primeiro lugar, a corrente conservadora e patriarcal na nossa sociedade sentiu-se legitimada na sua posição anti-aborto; em segundo lugar, as correntes progressistas e defensoras dos direitos das mulheres sentiram-se “encostadas a um canto”; e, em terceiro lugar, Portugal permanece, junto com a Irlanda, um dos raros países da União Europeia onde se criminaliza o aborto.

Mas talvez uma quarta consequência devesse ser acrescentada, sendo ela a mais trágica e injusta de todas: muitas mulheres de poucas posses continuam a ter que recorrer a práticas clandestinas, perigosas e caras de IVG, e muitas mulheres correm o risco real de se verem como réis em tribunal, como aconteceu com o caso do Julgamento da Maia.

Na sequência da derrota de 1998 muitos e muitas de nós fizemos o mínimo que se poderia esperar: perguntar-nos o que correu mal e onde errámos, e perguntar-nos como inverter, agora ou no futuro próximo, a situação. Tornou-se claro que o movimento que em 1998 pugnou pelo “Sim” fê-lo com uma estratégia demasiado defensiva; como se, de certo modo, alguns dos preconceitos que se reproduzem nos sectores conservadores ou na opinião menos esclarecida, estivessem interiorizados em muitos e muitas de nós; como se os argumentos demagógicos em torno da “Vida”, lançados pelos apoiantes do “Não”, fizessem eco nas nossas consciências. Exagerámos na retórica do “problema de saúde pública”; exagerámos na retórica do “miserabilismo” e das histórias sobre os abortos de vão de escada e as agulhas de tricô; exagerámos talvez, até, na retórica da divisão de classes entre as mulheres, com as histórias que opõem aquelas situações miseráveis ao conforto das clínicas de Badajoz ou Londres. Talvez.

O que é certo é que esquecemos, tendencialmente, dois posicionamentos que hoje reivindicamos. Um, de origem mais feminista e radical, outro de origem mais abrangente e liberal. O primeiro é aquele que recusa a “lógica” dos úteros como propriedade pública, e defende o direito das mulheres a tomarem decisões sobre o que acontece ao seu corpo, incluindo a gravidez. O segundo é aquele que recusa a “lógica” de haver dois direitos, dois tipos de leis, duas personalidades políticas e jurídicas consoante se é homem ou mulher, ficando as mulheres minorizadas, como que sob tutela da sociedade, pelo facto de ser nos seus corpos que se dá a gestação. A estes dois posicionamentos ainda poderíamos acrescentar um outro, oriundo de sectores católicos, que claramente ataca o discurso sobre a “Vida”, e que diz que moralmente a mulher tem primazia sobre o feto. Este argumento, que se encontra nos documentos do movimento dos Católicos pela Livre Escolha (com representação em Portugal) vai até mais longe, dizendo que o argumento da “Vida” é demagógico porque fundamentalista, ao recusar o

facto de que a vida humana é por natureza vida social, de relação: feto e Pessoa não são, de todo, a mesma coisa.

Estas diferentes perspectivas e vontades têm vindo a encontrar-se, a debater entre si, a negociar pontos de contacto e encontro, para lá da estratégia perdedora da Plataforma que esteve na base do “Sim” em 1998. Este encontro de vontades e revoltas resultou na criação de um Movimento que lançou uma Petição para a realização de um novo Referendo sobre o aborto, propondo a pergunta: “Concorda que deixe de constituir crime o aborto realizado nas primeiras dez semanas de gravidez, com o consentimento da mulher, em estabelecimento legal de saúde?” Para tal, iniciou-se já a campanha de recolha das 75.000 assinaturas necessárias.

Não vai ser uma campanha fácil. Não só porque a recolha de tantas assinaturas é uma tarefa difícil. Mas porque, mesmo recolhidas, a petição pode confrontar-se com um parlamento hostil, com maioria de direita. E ainda porque muitas pessoas, oriundas de sectores progressistas da sociedade, acham que esta petição não é oportuna e que continua a caber ao parlamento a responsabilidade pela alteração da lei, na sequência de um referendo cujos resultados não foram vinculativos.

Os promotores e promotoras desta petição discordam dessa posição, com honestidade e frontalidade. Porque acham que a situação iníqua em que vivem as mulheres deste país não pode esperar pela mudança da composição partidária do parlamento. Porque acham que o país não pode continuar por muito mais tempo fora da modernidade e da civilização. Porque acham, convictamente, que os direitos das mulheres não são uma questão secundária na agenda política de transformação da sociedade, mas uma questão central de cidadania, saúde, trabalho e família. Porque acham que na actual situação de ataque neo-liberal, moralista e reaccionário, só lhes resta o contra-ataque. Porque acham que uma campanha como esta é também uma campanha que confrontará o país com a demagogia patriarcal, machista e inquisitorial que mascara o desejo de controlar as mulheres com o argumento da primazia das (potenciais) crianças. E porque acha que, recolhidas as assinaturas, feita a campanha de esclarecimento, confronto e agitação, confrontado o parlamento com a vontade política de tantos cidadãos e tantas cidadãs, algo terá mudado. Algo terá que mudar.

Onde nos recusamos a ficar é do lado do silêncio e do conformismo. Em nome da modernidade, da civilização, e dos direitos de cidadania, o aborto não pode ser crime. Por isso vamos perguntar aos portugueses e portuguesas – a cada um e cada uma de vós – “gostaria de ver a sua mulher no tribunal?”. “Gostaria de *se* ver no tribunal?”

